Patrimônio Histórico e Cultural: Uma nova perspectiva do tombamento do traçado urbano do Setor Central e do Setor Campinas em Goiânia.

Bárbara Ferreira de Sousa Alves
contatobarbaraferreira.b@gmail.com
Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA)

Osvaldo Lino Alves Junior
osvaldojr.au@gmail.com.br
Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA)

Resumo: O presente artigo visa apresentar o conceito de patrimônio histórico e cultural desde sua origem e, a partir disto, discutir sobre a transformação do espaço em lugar, relacionando a sua importância para aqueles que são beneficiados e influenciados de alguma forma por essa mudança. Abarca também algumas das legislações vigentes sobre a temática, como a Lei nº 7.164/1992 do Município de Goiânia, que dispõe sobre a proteção e preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, a Lei nº 8.795/2009 do Município de Goiânia, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e o Decreto-Lei nº 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e relaciona-se à instituição do tombamento no contexto brasileiro. Por fim, é elaborada discussão sobre a concepção do tombamento do traçado urbano do Setor Central e do Setor Campinas, na cidade de Goiânia, abordando como este foi feito e buscando trazer uma nova perspectiva sobre o assunto, de como seria se este fosse realizado de outra forma.

Palavras-chave: Patrimônio histórico e cultural, preservação, tombamento, traçado urbano, centralidades.

Abstract: This article aims to introduce the concept of historical and cultural heritage from its inception and based on this explore the transformation of space into place, emphasizing its significance for those who benefit from and are influenced by this shift. It also delves into relevant legislation, such as Law No. 7,164/1992 of the Municipality of Goiânia, which focuses on safeguarding and conserving the Municipal Historical and Artistic Heritage, Law No. 8,795/2009 of the Municipality of Goiânia, which mandates the registration of intangible cultural assets, and Decree-Law No. 25/1937, which governs the protection of national historical and artistic heritage, particularly in the Brazilian context. Lastly, the article discusses the preservation of the urban layout of the Central District and the Campinas District in Goiânia, examining the methods employed and proposing alternative perspectives on how this preservation could have been approached.

Keywords: Historical and cultural heritage, preservation, landmarking, urban layout, centralities..

1 PANORAMA HISTÓRICO DE GOIÂNIA

Goiânia foi fundada no dia 24 de outubro de 1933, a partir do projeto político da Marcha para o Oeste[1], que visava reduzir o controle do estado de Goiás das mãos dos coronéis e facilitar a intervenção federal. As suas principais ações incluíram a fundação de Goiânia como nova capital de Goiás, a criação de estradas e infraestrutura, a promoção da agricultura e a colonização dessas áreas para integrar o território nacional e fortalecer a economia (Portal Goiás de Norte a Sul, 2018).

Foi projetada pelo arquiteto, urbanista e paisagista Attilio Corrêa Lima[2], com o propósito de desempenhar a função de centro político e administrativo do estado de Goiás e teve como seu interventor Pedro Ludovico Teixeira (Portal Goiás de Norte a Sul, 2018).

O primeiro bairro a ser criado foi o Setor Central (ou Centro), cujas principais avenidas iam de encontro com o centro do poder localizado na Praça Cívica, que abrigava os órgãos da administração pública, como o Palácio do Governo. Os primeiros moradores eram, em sua maioria, funcionários públicos e famílias tradicionais, que faziam parte das antigas oligarquias com grande influência política na região (Prefeitura de Goiânia, 2023).

Pedro Ludovico pensava em Goiânia a partir de uma ideia de modernidade, e para retratá-la escolheu o estilo Art Déco, bastante presente nas construções do Centro de Goiânia, como o Palace Hotel e o Palácio das Esmeraldas (SME - Secretaria Municipal de Educação e Esporte, 2023).

Antes da nova capital ser criada, já existia na região escolhida um povoado, chamado Arraial de Campinas, desde 1810. O povoado foi reconhecido pelo catolicismo em 1843, recebendo uma capela mais conhecida como Matriz de Campinas, atual Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Em 1907 o povoado de Campinas foi emancipado, sendo que, tempos depois, se tornou parte da cidade de Goiânia.

A arquitetura de Goiânia seguiu estilo Art Déco, não extinguindo os demais estilos, como ecletismo, neocolonial, normando, entre outros. A concentração do traçado e da arquitetura tradicional começou a dividir espaço com uma cidade moderna e planejada, e os pequenos núcleos do Centro e de Campinas passaram por mudanças desde que a cidade iniciou seu processo ampliação (Oliveira, Prado e Godinho, 2017).

2 O SETOR CAMPINAS E CENTRAL

O setor Campinas e o setor Central estão localizados, respectivamente, na zona oeste da cidade de Goiânia, com apenas 5,9 Km de distância entre eles. O setor Central é o setor mais antigo da cidade, pois foi o primeiro a ser criado junto com a transferência da capital da cidade de Goiás para a cidade de Goiânia, tornando-se importante devido ao seu caráter político-administrativo, por abrigar o Centro do Poder da nova capital, contando com o Palácio das Esmeraldas, Fórum, Palácio do Governo, Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria Geral e o Tribunal Eleitoral (Prefeitura de Goiânia, 2023).

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação e Esporte (SME) a forma que o Setor Central foi desenhado, remete-se às ruas francesas no início do século XX.

Além do setor Central, cabe citar o Setor Campinas, que por ordem de Pedro Ludovico, passou por diversos estudos de suas condições topográficas, hidrológicas e climáticas, para

[1] A Marcha para o Oeste foi uma política do governo Getúlio Vargas na década de 1940 para incentivar a ocupação e o desenvolvimento das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

[2] Attilio Corrêa Lima foi um arquiteto e urbanista brasileiro, pioneiro no planejamento da cidade de Goiânia. Ele também contribuiu para a modernização urbana do Brasil no século XX.

iniciar a construção da nova capital, para qual foi escolhida uma fazenda no povoado de Campinas, devido as suas características favoráveis, como estar em uma grande planície[3] (Oliveira, Prado e Godinho, 2017).

Desse modo, pelo decreto estadual nº 3.359, em 18 de maio de 1933, essa região escolhida para ser a capital do estado foi próximo as margens do córrego Botafogo, que até então situava no município de Campinas, até o bairro passar a se integrar na cidade Goiânia (XI Anpur, 2005).

Ambos os setores passaram a ter um conjunto arquitetônico de suma importância, contendo 22 edifícios e monumentos públicos, sendo inaugurados em 1935. Segundo o IPHAN (Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional), a composição de Goiânia, possui um importante acervo arquitetônico Art Déco.

Devido a esse conjunto arquitetônico tradicional, foi sancionada a Lei Municipal nº 6.962, de 21 de maio de 1991, sobre os bens culturais de relevância história em Goiânia, situados no Setor Central ou Setor Campinas.

Analisando-se o documento, percebe-se que o tombamento dos dois setores foi feito de forma isolada, e se dá pelo seu traçado urbano, deixando de analisar o contexto histórico e cultural em que está inserido de forma conjunta, e não individualizada de cada elemento arquitetônico ou urbanístico.

É necessário que se amplie a noção de preservação para incluir não apenas a conservação de edifícios históricos e monumentos, mas, também, a proteção de paisagens culturais, práticas tradicionais e a memória coletiva que na maioria das vezes está relacionada não apenas a edificações ou apenas ao traçado urbano em que esses elementos estão inseridos, conforme a Carta de Veneza de 1964[4].

Desse modo, é válido analisar o patrimônio a partir da noção de conjunto urbano, bem como o tombamento dos setores em questão como se fossem dois núcleos urbanos, um no Centro e outro em Campinas, considerando o lugar como um bem inseparável, ou seja, que a análise do tombamento seja feita através dos elementos como um conjunto e não como bens individuais, visto que são pontos chaves na história de Goiânia, pois foi a partir deles que a cidade adquiriu a bagagem cultural deixada pelo passado.

Também vale ressaltar que esses conjuntos e sua ambiência fazem parte do patrimônio universal insubstituível, como retrata os princípios gerais da Carta de Nairoibi de 1976[5], devendo ser considerado em sua totalidade, buscando o equilíbrio e o caráter através dos elementos que os compõem.

3 GOIÂNIA E SEU TOMBAMENTO

Pode-se observar que a cidade de Goiânia possui um acervo com vastos elementos que correspondem ao seu passado. Quando a cidade é preservada, os momentos históricos importantes para o seu legado tendem a deixar sua marca registrada, de modo que não seja deixada no esquecimento (Françoise Choay,2001).

[3] O Setor Campinas foi escolhido para a nova capital, Goiânia, devido à sua localização central em Goiás, facilidade de acesso e terras disponíveis. Essa escolha visava promover o desenvolvimento econômico e a integração do estado.

[4] A Carta de Veneza de 1964 estabelece princípios fundamentais para a conservação e restauração de monumentos e sítios históricos, enfatizando a importância de respeitar a autenticidade e a integridade do patrimônio.

[5] A Carta de Nairóbi de 1976 enfatiza a importância da preservação do patrimônio cultural em seu contexto histórico, social e ambiental, promovendo a conservação integrada que inclui a participação das comunidades locais.

A identidade e a memória de uma cidade, está diretamente ligada na sua visibilidade e na sua perpetuação ao longo dos anos, mostrando a sua importância para aqueles que nela residem ou que de alguma forma se beneficiam da sua estrutura (Françoise Choay,2001).

Desse modo, pensar em monumentos e edifícios que retratam uma parte da história de uma cidade está diretamente relacionado ao conceito de patrimônio que fundamenta a memória e a identidade de um povo (Françoise Choay,2001).

A cidade de Goiânia foi projetada e construída em razão do contexto histórico-cultural, com uma característica/estilo arquitetônico marcante, o Art Déco. Esse estilo surgiu na Europa por volta de 1920, e suas características combinam o desenho moderno com elementos tradicionais e materiais luxuosos. Além dessa contraposição, é um estilo que recebeu a influência do abstracionismo e a geometria da vanguarda cubista, as cores vivas do fauvismo, utilizadas de forma neutra nas fachadas e o artesanato dos países orientais, além do uso do concreto armado, de formas retangulares marcadas e da ornamentação de forma pontual (Camilla Ghisleni, 2021).

Em razão do contexto histórico e do desejo de Pedro Ludovico Teixeira de ilustrar a modernidade em forma de cidade, a capital deveria ter traços que remetessem a essa fase moderna e, assim, a arquitetura Art Déco, assume um papel importante para representar o processo de modernização da paisagem urbana, contrapondo o vínculo com a arquitetura da Cidade de Goiás, de base colonial, propondo novas configurações no espaço urbano (Camilla Ghisleni,2021).

Em razão desta importância, todas as edificações consideradas importantes para a formação da cidade, com características do Art Deco, foram tombadas como patrimônio. O tombamento, segundo o IPHAN (Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional), é o instrumento que reconhece e viabiliza a proteção do patrimônio cultural, podendo ser feito em três esferas: a federal, estadual e a municipal.

Em 2002, o IPHAN faz o tombamento de 22 edifícios e monumentos públicos que se concentram no centro de Goiânia e no núcleo do setor Campinas, a maioria inaugurados na década de 1942 (IPHAN, 2014).

No centro de Goiânia, a Praça Cívica está incluída como principal elemento do traçado urbano da cidade, cujo tombamento inclui 12 bens, os quais podem ser chamados de Conjunto da Praça Cívica (IPHAN, 2014).

Além do Conjunto da Praça Cívica, outros bens foram tombados no centro de Goiânia, como a Estação Ferroviária de Goiânia, o Antigo Grande Hotel, a Antiga Escola Técnica de Goiânia, o Colégio Estadual Lyceu de Goiânia, o Teatro Goiânia e o seu traçado viário (IPHAN, 2014).

No Setor Campinas, a lista de bens tombados como patrimônio cultural engloba: o antigo Convento dos Padres Redentoristas (Campinas), o antigo Palace Hotel, a antiga Subprefeitura e Fórum de Campinas e o traçado viário.

4 A IMPORTÂNCIA DOS NÚCLEOS HISTÓRICOS

A degradação de áreas urbanas centrais é comum em cidades de porte médio ou grande, onde essas regiões perdem sua importância para investimentos e consumo. A migração dessas funções para outras partes da cidade, muitas vezes impulsionada por ações governamentais, leva ao desperdício de infraestrutura já existente nas áreas centrais. Além disso, a degradação impacta não apenas os aspectos econômicos, mas também a identidade cultural, uma vez que essas regiões concentram patrimônio histórico e artístico (HOWARD, Ana Luisa; VARGAS, Heliana Comin, 2006).

Historicamente, intervenções nas áreas centrais buscavam embelezamento ou grandes projetos de renovação urbana, priorizando aspectos funcionais e interesses imobiliários em detrimento de considerações sobre qualidade de vida e cidadania. Em resposta, tem se consolidado a metodologia de revitalização urbana, visando reverter a degradação por meio de abordagens mais holísticas e sustentáveis, considerando não apenas o aspecto físico, mas também o social e cultural dessas áreas (HOWARD, e VARGAS, 2006).

De acordo com o livro "Intervenções em Centros Urbanos - Objetivos, Estratégias e Resultados", escrito por Ana Luisa Howard de Castilho e Heliana Comin Vargas, os centros históricos não só representam a origem e concentração de diversas funções nas cidades, mas também desempenham um papel crucial na preservação da memória e identidade coletivas. Embora outras áreas urbanas tenham importância histórica, os centros históricos se destacam por incorporar de maneira mais significativa aspectos simbólicos da cultura e história da comunidade. No entanto, a percepção de que essas áreas devem ser "congeladas" pode resultar em intervenções que não consideram adequadamente a realidade social local.

Dessa forma, pode-se notar que o Setor Central e Campinas possuem estudos diferentes relacionados a sua possibilidade de recuperação, visto que o Setor Central ainda pode ser recuperado, mas o Setor Campinas já perdeu praticamente toda a sua essência relacionada à história e à identidade do lugar.

5 LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Segundo a Revista Mirante (2016), o Setor Central de Goiânia passou por processos de revitalização e restauração em uma tentativa de preservar seu patrimônio histórico e restauração. As mudanças dinâmicas na cidade desencadeiam uma reavaliação das estruturas de planejamento territorial.

O centro urbano é considerado um território histórico, mostrando a representação da história da cidade. Os centros são uma espécie de "dossiê" das cidades, que condensam diferentes períodos, revelando a história dos habitantes e da própria cidade. Enquanto todos os tecidos urbanos carregam vestígios do passado, os centros urbanos se destacam por sua longa duração histórica. Além disso, o centro é compreendido como um território social, onde as consequências humanas, sociais, econômicas e políticas são evidenciadas nos espaços designados para essas práticas. Manifestações públicas, a vida cotidiana do mercado e do comércio diurno, fluxos e até mesmo o mercado noturno do sexo são considerados elementos que organizam a vida social e conferem identidade ao centro urbano.

Segundo a Revista Mirante (2016), o Setor Central de Goiânia passou por processos de revitalização e restauração em uma tentativa de preservar seu patrimônio histórico e restauração. As mudanças dinâmicas na cidade desencadeiam uma reavaliação das estruturas de planejamento territorial.

A revitalização do setor central envolve muitas vezes parcerias entre o governo, uma iniciativa privada e a comunidade local. Os projetos de restauração podem incluir a recuperação de fachadas, a renovação de espaços públicos, a melhoria da infraestrutura e a promoção de atividades culturais, por meio da modificação ou criação do uso daquela edificação que está com risco de deterioração, conforme prevê as Normas de Quito[6] (1957).

A restauração não busca apenas preservar a identidade histórica da região, mas também estimular o desenvolvimento econômico, atraindo moradores locais e turistas específicos na rica história e na arquitetura única do setor central de Goiânia.

[6] A Norma de Quito, estabelecida em 1972 na capital equatoriana, é um conjunto de diretrizes destinadas a promover o desenvolvimento e preservação do turismo cultural e natural em países em desenvolvimento.

Alguns pontos notáveis no setor central incluem a Casa de Pedro Ludovico Teixeira, Antiga Chefatura, Coreto da Praça Cívica, Mercado da 74, Palácio das Esmeraldas, o Teatro Goiânia, a Praça Cívica e o Mercado Municipal. Esses edifícios e espaços públicos têm sido alvo de esforços para restaurar suas características originais e promover o turismo cultural na região.



Figura 2: Casa de Pedro Ludovico Teixeira antes e depois.
Fonte: Curta mais e acervo pessoal, modificado por Alves, 2023



Figura 3: Antiga Chefatura antes e depois.
Fonte: Sinpol e acervo pessoal, modificado por Alves, 2023

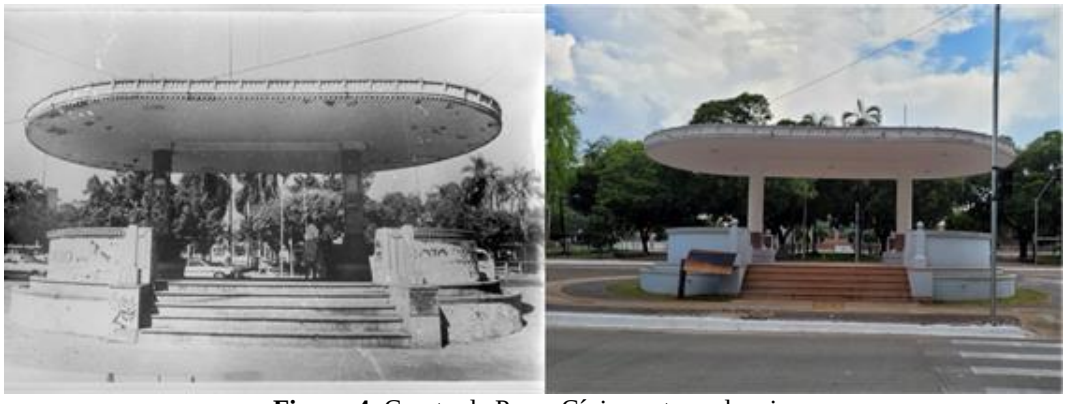


Figura 4: Coreto da Praça Cívica antes e depois.
Fonte: A redação e acervo pessoal, modificado por Alves, 2023



Figura 5: Mercado da 74 (Mercado Central) antes e depois.
Fonte: G1 e acervo pessoal, modificado por Alves, 2023

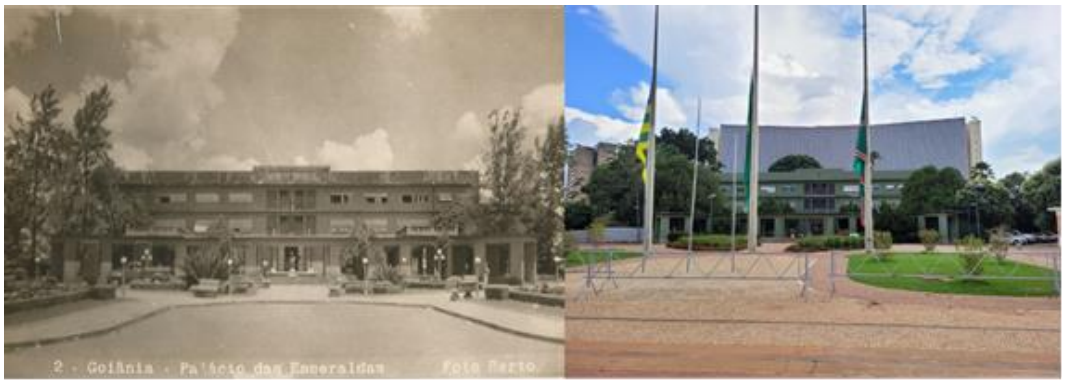


Figura 6: Palácio das Esmeraldas antes e depois.
Fonte: A redação e acervo pessoal, modificado por Alves, 2023

A possibilidade de recuperação do centro de Goiânia depende de uma série de fatores, incluindo o comprometimento das autoridades locais, o envolvimento da comunidade, investimentos em revitalização urbana e estratégias de planejamento eficazes. A revitalização de centros urbanos muitas vezes envolve esforços coordenados para restaurar e preservar edifícios históricos, melhorar a infraestrutura, promover o uso misto do espaço, incentivar atividades culturais e criar ambientes mais atrativos para moradores e visitantes.

Desse modo, a recuperação do centro de Goiânia é uma possibilidade viável, mas depende de vários fatores e ações simultâneas. A recuperação do centro de Goiânia envolve um esforço integrado que abrange diversos aspectos, desde a preservação do patrimônio histórico até a revitalização econômica.

É importante que o desenvolvimento e a manutenção da infraestrutura estejam alinhados com as necessidades da comunidade e com as características específicas do centro urbano. No Setor Central, há a necessidade da reformulação do projeto lumínico, sobretudo na Praça Cívica, que impacta diretamente na segurança e consequentemente na preservação das edificações e monumentos históricos, inibindo ações de possíveis vândalos.



Figura 7: Praça Cívica a noite.
Fonte: Acervo Pessoal, 2023

No Setor Campinas, a preservação do patrimônio, além de não ser efetiva, também é menor do que em relação ao Setor Central, sendo possível perceber a redução da possibilidade de transformar essa região em um "núcleo histórico".

O núcleo de Campinas passou por transformações após a fusão com Goiânia, passou por algumas destruições de edificações representativas da arquitetura vernácula goiana, para abrir espaço a comércios varejistas e atacadistas conectados ao abastecimento da capital, aliado a especulação imobiliária com efeitos devastadores, confinando o traçado original em meio a novos loteamentos (SILVA, Rafael, 2023).



Figura 8: Fachada da Av. 24 de Outubro no início do processo de construção de Goiânia em 1933
Fonte: Celina Manso em Uma concepção urbana, moderna e contemporânea, 2023



Figura 9: Av. 24 de Outubro atualmente
Fonte: Acervo Pessoal, 2023

Somente em 1992, com o plano diretor de Goiânia, Campinas passou a ser considerada área de preservação cultural. No entanto, poucas ações foram feitas para proteger seu patrimônio histórico e cultural. Em 2003, no processo de tombamento pelo IPHAN, foram incluídos alguns monumentos e espaços públicos de Campinas, como o Palace Hotel, a Subprefeitura e Fórum, junto com parte do seu traçado urbanístico.



Figura 10: Palace hotel antes e atual Biblioteca da Cora Coralina
Fonte: Câmara Municipal de Goiânia e Acervo Pessoal, 2023



Figura 11: Coreto da Praça Joaquim Lúcio antes
Fonte: Curta Mais, 2023



Figura 12: Coreto da Praça Joaquim Lúcio atualmente
Fonte: Acervo Pessoal, 2023



Figura 13: Subprefeitura e Forum de Goiânia atualmente
Fonte: Acervo Pessoal, 2023

De acordo com as discussões abordadas no XXIX Simpósio de História Nacional, apesar de estar "oculto", o Setor Campinas mantém uma identidade única, com atividades

características, especialmente ao longo da Avenida 24 de Outubro, incluída no traçado tombado. Alguns edifícios, embora não considerados património, como a Igreja Matriz, o Mercado Municipal e o Estádio António Accioly, são referências importantes para moradores e utilizadores, mesmo que não recebam o mesmo reconhecimento dos órgãos de preservação.

6 ESTUDOS DE CASO

Segundo o IPHAN (2014), "As cidades e os núcleos históricos representam as referências urbanas do Brasil. Nelas é possível vivenciar os processos de transformação do país, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico (...) ". Sendo assim, vale ressaltar a importância da preservação dos núcleos históricos, de modo que, a memória do seu passado reflita sobre as atitudes do presente, mostrando toda a herança adquirida, bem como houve na cidade de São João del Rei, em Minas Gerais, e a falta da sua preservação em Pelourinho, na Bahia.

São João del Rei – MG, segundo o IPHAN (2015), teve sua origem ligada à atividade mineradora, iniciando como um pequeno arraial por volta de 1704, localizado próximo ao Córrego do Lenheiro e à Capela do Senhor Bonfim, conhecido como Morro da Forca. Com o tempo, esses núcleos evoluíram para vilas, sendo a primeira estabelecida em 1713, destacando-se pela presença do Pelourinho e construções religiosas significativas. A cidade foi elevada à categoria de cidade em 1838 e, no final do século XIX, a criação da Estrada de Ferro Oeste de Minas contribuiu significativamente para seu crescimento e adensamento populacional.

Em 1938, após um século da criação da cidade, o acervo arquitetônico e paisagístico de São João del Rei foi tombado, protegendo cerca de 710 imóveis no núcleo histórico, desde as primeiras ruas até o complexo ferroviário. Isso demonstra o compromisso com a preservação do patrimônio cultural da cidade, que vai além da sua riqueza arquitetônica religiosa, abrangendo também sua diversidade civil e histórica ligada ao desenvolvimento da região (IPHAN, 2015).



Figura 14: Centro de São João del Rei
Fonte: Esse mundo é nosso, 2023.

Por outro lado, quando não se tem essa preocupação em preservar os núcleos históricos, tem-se o que ocorreu com a cidade de Pelourinho, o centro histórico de Salvador, situado na Bahia.

O Pelourinho é um dos bairros históricos mais importantes e conhecidos do Brasil. No entanto, ao longo do tempo, enfrentou desafios significativos relacionados à degradação urbana. Este processo incluiu problemas como o abandono de edifícios históricos, a falta de manutenção adequada e a deterioração das infraestruturas (JUNIOR, Jairo Costa, 2010).

A degradação do Pelourinho foi especialmente evidente nas décadas de 1960 e 1970, quando muitas casas e prédios antigos foram abandonados, levando a uma sensação de descuido e desordem. No entanto, a partir da década de 1980, houve esforços significativos de revitalização, incluindo a restauração de edifícios históricos, a melhoria das infraestruturas e a promoção do turismo cultural. Essas iniciativas ajudaram a reverter parte do processo de degradação e a revitalizar o Pelourinho como um importante centro histórico e cultural, reconhecido nacional e internacionalmente (JUNIOR, Jairo Costa, 2010).



Figura 15: Pelourinho, Bahia
Fonte: O Globo, 2010.

7 POR QUE PRESERVAR O SETOR CENTRAL

A preservação do patrimônio histórico e cultural é de extrema importância, pois representa a herança de uma sociedade, suas tradições, valores e conquistas ao longo do tempo. A preservação desse patrimônio é vital por várias razões, e algumas delas incluem:

- Identidade Cultural: o patrimônio histórico e cultural é fundamental para a identidade de uma comunidade, região ou nação. Ele reflete as raízes culturais e a história que moldaram a sociedade ao longo dos anos (Sousa, 2018).
- Memória Coletiva: servir como uma memória coletiva, lembrando às gerações futuras as experiências passadas, as lutas enfrentadas e as conquistas alcançadas. A preservação desse patrimônio ajuda a manter viva a história e a cultura de uma sociedade (Benévolo; 1995, p. 229).
- Educação e Conscientização: segundo o Guia Básico de Educação Patrimonial (dec. 90), o patrimônio histórico proporciona oportunidades educacionais específicas. Museus, sítios destruídos, monumentos e edifícios históricos são recursos valiosos para a educação, oferecendo insights sobre o passado e promovendo a compreensão cultural.
- Desenvolvimento Sustentável: a preservação do patrimônio pode ser um impulsionador do desenvolvimento sustentável. A reabilitação de edifícios históricos, por exemplo, pode revitalizar áreas urbanas, promover o turismo cultural e gerar empregos (IPHAN, 2012).
- Valor Estético e Artístico: muitos elementos do patrimônio histórico têm um valor estético e artístico significativo. A preservação dessas expressões artísticas contribui para a apreciação da beleza e da criatividade ao longo do tempo (Sousa, 2018).
- Responsabilidade Social: a preservação do patrimônio é uma forma de responsabilidade social, garantindo que as gerações presentes e futuras tenham acesso às riquezas culturais acumuladas ao longo do tempo (IPHAN, 2012).

A preservação do património histórico e cultural é, portanto, essencial para fortalecer a identidade cultural, promover o entendimento mútuo, sustentar o desenvolvimento e preservar a diversidade que enriquece a experiência humana ao longo do tempo. Para muitos, o patrimônio é uma ligação vital entre o passado, o presente e o futuro.

Preservar o centro de Goiânia, assim como qualquer área urbana com valor histórico e cultural, é crucial para a identidade de uma cidade. O centro de uma cidade muitas vezes representa sua essência histórica e cultural, desempenhando um papel significativo no local.

De acordo com Salgueiro (2005, p. 259), os centros históricos para além de serem "as partes mais antigas da cidade", constituem-se como uma "sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, nos dá a dimensão temporal com a sequência dos factos que estruturam as identidades".

O Setor Central desempenha um papel crucial na identidade e no desenvolvimento de Goiânia, destacando-se por vários aspectos significativos (Carvalho, 2011), dentre eles:

- Marco Histórico: o Setor Central muitas vezes marca o local original de fundação da cidade. Como tal, representa o ponto inicial da história de Goiânia, simbolizando o esforço de planejamento e construção que deu origem à comunidade.
- Arquitetura Histórica: o Setor Central geralmente abriga edifícios históricos e interessantes que testemunham o desenvolvimento da cidade ao longo do tempo. Essas estruturas são expressões tangíveis da evolução arquitetônica e cultural de Goiânia.
- Vida Cultural Vibrante: o Setor Central é frequentemente o epicentro da vida cultural da cidade, abrigando teatros, cinemas, galerias de arte e outros espaços culturais. Essa concentração de atividades culturais contribui para uma experiência vibrante e enriquecedora para os residentes e visitantes.
- Centro Comercial e Econômico: sendo o coração da cidade, o Setor Central é muitas vezes o principal centro comercial e econômico. Lojas, mercados e empresas locais localizadas para a dinâmica econômica da região, atraindo residentes e turistas (Barata Salgueiro; 2005, p. 354).
- Preservação da Memória: o Setor Central é um depósito de memória histórico, marcado por identidades locais e eventos que moldaram a cidade. A preservação desses elementos é fundamental para manter viva a história e a herança cultural de Goiânia.
- Integração Urbana: o desenvolvimento equilibrado do Setor Central é essencial para uma integração urbana bem integrada. A presença de áreas residenciais, comerciais e culturais cria uma mistura diversificada que contribui para a qualidade de vida na cidade.
- Acessibilidade e Conectividade: o Setor Central, por sua localização central, muitas vezes serve como um ponto de fácil acesso e conectividade, facilitando a localização dentro da cidade. Essa acessibilidade é vital para a eficiência e fluidez do transporte urbano.
- Identidade Comunitária: o Setor Central é um espaço de encontro para a comunidade, oferecendo lugares como praças e parques para atividades sociais e eventos culturais. Esses espaços afastados para a construção de uma identidade comunitária forte.

Por todos estes aspectos, é importante preservar o que ainda existe no Centro de Goiânia, para que sua riqueza histórico-cultural não desapareça como houve no Setor Campinas, com a reposição de novas fachadas e a demolição de edifícios históricos. É válido ressaltar que, o Setor Central ainda pode ser preservado, enquanto no Setor Campinas só restam as lembranças de um bairro rico em patrimônio.

Em consonância com as conclusões do presente artigo e corroborando a afirmação de necessidade e possibilidade de preservação do Setor Central, foi criado pela Prefeitura de

Goiânia o Projeto Centraliza, lançado em 2023, com o objetivo de modernizar a gestão pública e promover a recuperação do patrimônio histórico.

Este projeto surgiu da necessidade de aumentar a eficiência administrativa e melhorar o atendimento ao cidadão, centralizando diversos serviços municipais em um único local, mas, além de sua função administrativa, merece destaque o fato do Centraliza incluir em suas ações uma importante iniciativa de revitalização de edificações e espaços históricos, resgatando a rica memória cultural e arquitetônica de Goiânia. A recuperação do patrimônio histórico, parte essencial do projeto, visa não apenas preservar a identidade local, mas também estimular o 14 turismo e a educação patrimonial, criando um elo entre o passado e o presente e contribuindo para um desenvolvimento urbano mais sustentável e culturalmente integrado (Prefeitura de Goiânia, 2023).

Desse modo, a presente pesquisa esteve direcionada a trazer uma nova perspectiva sobre uma nova perspectiva do tombamento do traçado urbano do Setor Central e Campinas na cidade de Goiânia, de forma a compreender os problemas decorrentes da não preservação do patrimônio histórico-cultural e apresentar discussões no cenário público sobre essa temática e propor debates policiais para futuras propostas de preservação.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Leyla Elena Lascar; HOLANDA, Frederico. A Configuração do Setor Central de Goiânia. XI Encontro Nacional da Associação de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – Anpur. Salvador, 2005. Disponível em: http://www.xienanpur.ufba.br/354.pdf. Acesso em: 20 de Out. 2023.

BENEVOLO, L. História da Arquitetura Moderna. 3ª Edição. São Paulo, Editora Perspectiva, 2001.

BRASIL. Lei nº 6.962, de 21 de maio de 1991. Institui o Código Civil. LEI Nº 6.962, DE 21 DE MAIO DE 1991: Considera bens Culturais os que especifica. Brasília, DF, 21 de maio de 1991.

CARVALHO, M. O Centro Histórico na Dinamização das Cidades. Dissertação - Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, p. 8, p. 11.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.

FERRAO, T. B. A cidade em Portugal- Uma Geografia Urbana. 3ª Edição, Vol 2. Lisboa, Editora Afrontamento, 2005.

GHISLENI, Camilla. O que é Art Déco?. Archdaily, 2021. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/971344/o-que-e-arquitetura-art-deco. Acesso em: 22 de Nov. 2023.

GODINHO, Daniele Severino De Souza. Comércio e memória urbana: um estudo do bairro de Campinas em Goiânia. Orientador: Adriana Mara Vaz de Oliveira. 2018

GOIÂNIA, Prefeitura Municipal de Goiânia. Goiânia: Capital Verde do Brasil. Goiânia, 2017.

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. Projeto Centraliza: Modernização da Gestão Pública e Recuperação do Patrimônio Histórico. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 2023. Disponível em: <Centraliza Goiânia (goiania.go.gov.br)>. Acesso em: 28 de Maio de 2024.

GOIÂNIA-81 anos. Portal Goiás de Norte a Sul, 2018. Disponível em: https://goiasdenorteasul.com.br/programa_goiania--81-anos_241. Acesso em: 20 de Set. 2023.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN, 1999.

HOWARD, A. L.; VARGAS, H. C. Intervenções em Centros Urbanos - Objetivos, Estratégias e Resultados. Manola, 2006.

IPHAN. Conjuntos Urbanos Tombados (Cidades Históricas). Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/123>. Acesso em: nov. 2023.

IPHAN. Goiânia-Go. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/361/#:~:text=Tombado%20pelo%20Iphan%2C%20em%202003,atual%20bairro%20da%20capital%20goiana.>. Acesso em: nov. 2023.

IPHAN. Instrumentos de Proteção. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275#:~:text=Tombamento%20%2D%20%C3%89%20o%20mais%20antigo,os%20sob%20vigil%C3%A2ncia%20do%20Instituto.>. Acesso em: dez. 2023.

IPHAN. Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável: Encontro De Especialistas Em Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais3_ForumPatrimonioCulteDesSustentavel_m.pdf. Acesso em: dez. 2023.

IPHAN. São João del Rei (MG). Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/375/>. Acesso em: nov. 2023.

COSTA, Jairo. Na briga política da Bahia, Pelourinho, é que sofre. O Globo, 2010.

Normas de Quito. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico - O.E.A. - Organização dos Estados Americanos. Rio de Janeiro: IPHAN. 1957. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf. Acesso em: 29 de Nov. 2023.

OLIVEIRA, Adriana., PRADO, Cristina, GODINHO, Daniele. O bairro de Campinas em Goiânia: reflexões sobre Memória, história e identidade. XXIX Simpósio de História Nacional, Goiânia, volume 1, número 1, p. (1 e 15), 07 de agosto de 2017. Disponível em:https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502548390_ARQUIVO_FINAL-07-08-2017.pdf.

PEREIRA, Pedro Henrique Máximo. et al. O plano Goiânia 21 e as intervenções no centro de Goiânia. Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 9, n. 1, jun. 2016.

Prefeitura Municipal de Goiânia. Goiânia a capital da arquitetura Art Decó. Disponível em: https://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola/eaja/goiania-a-capital-da-arquitetura-art-deco/. Goiânia, 2018. Acesso em: 20 de Out. 2023.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Segregação e Fragmentação. In: Geografia de Portugal - Sociedade, Paisagens e Cidade. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 354.
SILVA, Rafael. O antigo hotel que hoje é biblioteca. Issuu, Goiânia, 11 de fevereiro de 2023. Disponível em: https://issuu.com/orafife/docs/biblioteca_municipal_cora_coralina_antigo_palace_. Acesso em: 03 de Set 2023.

SOUSA, Priscila. A Importância do Patrimônio Histórico Como Instrumento de Preservação da Memória. Uol, Out. de 2018. Disponível em: < https://monografias.brasilescola.uol.com.br/historia/a-importancia-patrimonio-historico-como-instrumento-preservacao.html.